

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paço e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- De seguida, procedeu-se à chamada dos senhores deputados municipais, verificando-se a ausência do Senhor Deputado, José Joaquim Martins, Presidente da União das Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Senhores Deputados que estava presente a ata da quarta sessão ordinária, realizada no dia dezassete de setembro de dois mil e dezasseis para ser submetida a aprovação. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio começou por dizer que na página 4/9, na penúltima intervenção, onde refere a sua intervenção relativamente à Associação Recreativa Alfandeguense, que passou a ler “continuando disse saber que este projeto falhou, ou seja, falhou o compromisso entre o Município e o ARA, e bem”, dizendo que não acredita que tenha dito assim. Depois, disse, na página 7/9 chamou à atenção para a maquilhagem que foi dada à intervenção do Deputado Diamantino Mário Lopes, pois toda a gente percebe, quem esteve aqui e leu a ata, que o Senhor Deputado não teve esta intervenção, ou seja, não está reproduzida aqui a sua intervenção, bem como não está reproduzida e espelhada a resposta que deu em relação à intervenção do Deputado Diamantino Mário Lopes. Assim, disse, gostaria que essa ata fosse efetivamente corrigida nestes pontos a que faz a chamada de atenção, para que fique de forma fiel a sua reprodução, porque são documentos que mais tarde podem ser consultados e não reproduzem aquilo que aconteceu. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal chamou à atenção para o facto de ter sido hábito enviar a ata com alguma antecedência para que essas correções que são um bocadinho mais de fundo do que é normal, serem introduzidas. Quanto à maquilhagem que refere o Senhor Deputado Luís Terêncio, chamou à atenção para o facto de a lei também não mandar reproduzir tudo o que foi dito, isto é gravado, mas o sentido das atas é resumir aquilo que de importante se diz na intervenção feita. Continuando, disse, o Senhor Deputado poderá ter razão ou não, dizendo, depois, que o Senhor Deputado recebeu a minuta da ata e não sugeriu qualquer correção. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes disse que exerce funções em vários locais, desempenha várias funções e tem por hábito assumir a responsabilidade de tudo o que diz e faz. Assim, disse, o Senhor Deputado Luís Terêncio fica por si autorizado a fazer a audição da gravação e fazer a transcrição que entender mais adequada relativamente à intervenção, porque não quer que as suas intervenções sejam maquilhadas, dado que tudo o que diz é aquilo que sente e como tal podem escrever tudo o que está na gravação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que recebeu informação do Senhor Vice-Presidente da Câmara que no dia 29 de novembro a ata foi enviada a todos os membros. -----

----- A Senhora Deputada Susana Guerra disse que essa recebeu, mas que o que tinha sido combinado é que antes de ser enviada a ata que vem para aprovação para a Assembleia, ser enviada antecipadamente a ata para que os Deputados possam fazer a leitura da mesma e as correções para enviar, que seriam introduzidas na versão final da ata que vem à Assembleia. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Mesa disse que isto é um não assunto porque dez, nove ou oito dias que sejam, são suficientes para introduzir qualquer alteração. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio referiu que inicialmente a ata era enviada antecipadamente e aquilo que ele disse na Assembleia era que não faz nem envia qualquer alteração, porque não tem nada que lhe suporte a forma de poder corrigir, porque não está a ouvir a gravação. Disse que já fez atas, que é um processo difícil, que exige muito da pessoa que as está a fazer, e que ele sempre teve uma preocupação muito grande, não era reproduzir tudo aquilo que a pessoa dizia, porque, como se deve compreender, o Dr. Nuno hoje é uma pessoa que está na mesa mas que está comedido, mas quando estava do outro lado, era uma pessoa que fazia as intervenções a espaços e longas, pelo que era difícil transcrever aquilo que o Dr. Nuno muitas vezes referia nas várias intervenções que fazia. O reparo das atas na sua opinião deve ser feito na sessão em que ata é submetida à aprovação. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara disse que o Senhor Deputado Luís Terêncio poderia ter enviado um e-mail à Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos para rever a ata no sentido que entendia que deveria constar. Disse que quando recebe as atas da Câmara ou da Assembleia lê as suas intervenções e se houver algum erro corrige. Todas as pessoas ao lerem também o podem fazer. Assim, disse, em sua opinião, poder-se-á ter duas metodologias, mandar um e-mail e a Secção de Apoio verificar a gravação e corrigir ou então, estar-se aqui a discutir muito tempo as atas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que o Senhor Deputado Luís Terêncio disse que não tinha acesso com o prazo que lhe deram de oito ou nove dias para verificar se aquilo que disse foi exatamente o que está escrito. Pediu, depois, para que os Senhores Deputados tenham em atenção que inicialmente quando a ata é enviada, é para ver se há alguma correção relativamente à intervenção de cada um e nessa altura sugerem correções no prazo de dois ou três dias que considera suficiente, e nos serviços vão verificar e colocar como deve ser. Parece-lhe que o Senhor Deputado não teve acesso e continua a não ter, ou seja, hoje está igual, pelo que pelo seu raciocínio, nunca se conseguiria aprovar uma ata porque também não está neste momento a ter acesso à gravação. O Senhor Presidente da Mesa disse, depois, que a ata vai ser submetida a aprovação na próxima sessão, tendo o Senhor Deputado Luís Terêncio respondido que a mesma poderia ser hoje aprovada e que no futuro se façam as alterações. -----

----- Colocada a ata à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria**, dos presentes, com vinte votos a favor e duas abstenções, dos Senhores Deputados Luís Terêncio e Susana Guerra, aprovar a mesma. -----

----- Não participaram na votação deste assunto os Deputados Iolanda Neves, Marisa Velho, Paulo Correia e Hélder Pires, por não terem estado presentes na sessão da Assembleia Municipal de dezassete de setembro de dois mil e dezasseis, a que a ata diz respeito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Não houve intervenções. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 09/12/2016, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra começando por referir que basicamente nesta informação como tem sido habitual descrevem-se as várias atividades que ocorreram nas várias Divisões. Na Casa da Cultura salientou os percursos pedestres, exposições, a Festa da Montanha e outras atividades que agora têm sido realizadas no Centro de Interpretação do Território, onde decorre agora uma nova exposição sobre as mulheres transmontanas. Salientou, ainda, as visitas guiadas, havendo cada vez mais grupos que marcam junto do Posto de Turismo visitas em grupo guiadas. No que respeita à Divisão de Obras, referiu que têm sido feitas por administração direta obras nas aldeias e que neste momento está em fase final o procedimento concursal para adjudicação da obra de reabilitação urbana da vila, prevendo-se que em

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

janeiro ou fevereiro se inicie a obra e que esteja concluída em junho ou julho. Disse que essa obra vai ser apresentada publicamente por altura do início dos trabalhos, juntamente com tudo o que agora está implícito no facto de ter sido definida uma Área de Reabilitação Urbana (ARU). Isso, referiu, tem várias implicações para os moradores, positivas, nomeadamente, vai prevê –se uma linha de financiamento para recuperar as casas de particulares, não sabendo se a Câmara também vai ter a possibilidade de o fazer nalgumas casas que possa comprar para recuperar, mas os particulares vão ter a possibilidade de recuperar as suas casas com empréstimos muito vantajosos, com juros bonificados. Referiu, depois, o apoio técnico à União das Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde para recuperar uma parte da estrada da Gouveia. Disse que esta obra, embora seja orientada pela Câmara e o dono da obra ser a Junta, a mesma é paga pela EDP, fazendo parte das medidas de compensação que têm vindo a desenvolver na sequência da construção da Barragem do Baixo Sabor. Disse, depois, que finalmente foi feita a receção definitiva das ETAR's da segunda fase. Ao nível da topografia disse que está a ser feito um levantamento do Regadio da Camba e informou que já foi recebida a comunicação oficial da aprovação da reabilitação do regadio, cujo custo é de sete milhões e meio, de investimento a cem por cento. A Câmara tem estado a trabalhar com a Junta de Agricultores em tudo o que é necessário para a obra e agora vai ser lançado o concurso. Referiu, depois, que já existe também uma notícia de que há uma grande probabilidade, porque certeza só quando vier a aprovação, de que se vai ter o regadio de Vilarchão/Parada aprovado, ou seja, uma promessa que tem dezenas de anos e que finalmente, como outras coisas, se está a conseguir fazer. Depois, falou, do Relatório da Divisão de Urbanismo, bastante circunstanciado, que será bom ler, porque se percebe bem como é que se planeia e se avalia nos vários serviços, que considera um bom exemplo. No que respeita ao regadio da Estevainha, embora a obra seja da Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural com quem a Câmara tem estado sempre a trabalhar e que é a dona da barragem da Estevainha, a mesma vai fazer melhorar a captação de água para essa barragem, que custará cerca de um milhão e meio de euros e que já está também aprovada. Em relação à Divisão Social a Câmara foi distinguida com o prémio viver em igualdade, está-se a trabalhar de uma forma mais próxima com o Alto Comissariado para as migrações, principalmente para as minorias, tendo agora a questão dos búlgaros, sendo a grande preocupação as crianças, tendo já sido feita uma candidatura ao “Programa Escolhas”, que é um programa direcionado a territórios que têm problemas com minorias, mas direcionado aos jovens. A Câmara já estava a fazer um trabalho de incluir todas as crianças na escola, porque era uma prioridade, pois não se queria que os pais viessem para aqui e as crianças andassem por aí sem saber ler nem escrever. Com este programa/Projeto, referiu, se for aprovado (há alguma garantia), vai haver uma assistente social que vai fazer um trabalho mais próximo com esses jovens, no sentido da promoção do sucesso escolar e prevenção do abandono. Aliás, referiu, este Governo tal como os anteriores, têm uma preocupação que agora se vai concretizar, que é o combate ao abandono escolar e a promoção do sucesso, mas agora está-se numa altura de concretizar uma série de projetos, quase todos financiados por fundos comunitários. A Comunidade Intermunicipal fez recentemente uma reunião com os Agrupamentos de Escolas e com a entidade que define as prioridades para a formação profissional e com o Ministério da Educação, e existem cinco milhões e meio de euros para a CIM, para promoção do sucesso escolar, no sentido de se tentar colocar mais recursos na escola para se diminuir o insucesso escolar e prevenir o abandono, e as retenções, que é outro problema que também existe no nosso sistema de ensino, pois somos dos países da Europa que tem mais retenções, embora se esteja a melhorar os resultados. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara referiu que foi celebrado um protocolo com a Portugal Telecom, que é um projeto-piloto, que integra dez idosos que vivem sozinhos para terem teleassistência. O equipamento vai ser oferecido pela Portugal Telecom e a Câmara vai pagar uma pequena mensalidade, e no caso de vir a funcionar bem, o projeto pode ser alargado. Disse, também, que o Município aderiu ao Programa das Cidades Amigas das Crianças da UNICEF, que tem uma série de ações que obriga a fazer um plano, ter metas e avaliar, e isso faz com que se trabalhe de uma forma não esporádica, mas sim de uma forma planeada, estruturada e avaliada. -----

----- Na Biblioteca Municipal tem-se continuado com a apresentação de livros, no setor dos audiovisuais tem-se trabalhado com as crianças, etc. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- No que respeita à situação financeira, a Senhora Presidente disse estar-se no bom caminho. Em termos da execução orçamental, o Município aproxima-se dos 100%, o que significa que estão a ser feitos planos que são concretizados a quase 100%, o que significa que estão a ser feitos bons planos e uma boa gestão e é por isso que se teve uma boa surpresa de no anuário financeiro de 2015 Alfândega está no ranking das cinco melhores autarquias a nível financeiro em termos de gestão, no distrito de Bragança. Disse, também, que não há pagamentos em atraso e que o prazo médio de pagamento é de quatro dias e neste ano a dívida já foi reduzida em 781.000,00 euros. -----

2. PODER AUTÁRQUICO - COMEMORAÇÃO DOS 40 ANOS;

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou da palavra começando por referir que manifestou a intenção ao Executivo de se poder fazer uma comemoração dos 40 anos do Poder Autárquico. Há quem se interrogue, disse, porque é que não de ser os 40 anos, não é ir atrás dos outros mas o que é certo é que pelo país fora já aconteceu e vai continuar a acontecer. Continuando referiu que já passaram quatro décadas sobre as primeiras eleições autárquicas em democracia, eleições que marcaram o início do verdadeiro Poder Autárquico, porquanto, como se sabe, antes dessa data e antes da Revolução do 25 de abril, os presidentes de Câmara eram pessoas indigitadas para o lugar e era o Governo Central que fazia a indicação dos nomes. Depois com a Revolução e a eleição em democracia os portugueses passaram a poder escolher os seus representantes autárquicos. -----

----- Disse que a Mesa pretende que esta comemoração se faça com alguma dignidade e ele próprio já contactou a Senhora Presidente da Câmara tendo ficado mais ou menos combinado que a comemoração irá acontecer no próximo dia 8 de maio que é o dia do Feriado Municipal. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à leitura de um texto da autoria do Senhor Professor Francisco José Lopes, o qual vai ser arquivado em anexo à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzido. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes começando por dizer que não poderia deixar de se associar ao texto que foi lido, mas queria nalguns aspetos reconhecer que o mesmo tem situações de alguma falta de profundidade. Diz isto, essencialmente, naquilo que diz respeito aos edifícios existentes na sede do Concelho, pois veio estudar para Alfândega da Fé em 1972, o que lhe permite conhecer a realidade do antes e do depois do “25 de abril”, e o salto não é tão grande quanto o texto pode fazer crer. É um processo evolutivo que não pode deixar de reconhecer e não pode deixar de referir que o poder votar para eleger é um valor pelo qual todos devem lutar, mas também não tem dúvidas que na maior parte dos casos nas freguesias provavelmente as pessoas que exerceram as funções nas Juntas de Freguesia antes do “25 de abril”, se houvesse eleições na maior parte dos casos também seriam elas as eleitas. Disse, depois, que no caso dos Vales, por exemplo, os descendentes dos que antes eram membros das Juntas de Freguesia não migraram como dizia no texto, pois dois deles estão nesta Assembleia, pois o neto do Presidente da Junta de Freguesia dos Vales antes do “25 de Abril” é o Presidente da Assembleia e o neto do Secretário da Junta de Freguesia é ele próprio. Portanto, disse, há muitos exemplos de que os descendentes dos que antes estavam nas Juntas de Freguesia agora cá continuam a lutar pelo bem-estar, pelo conforto, por aquilo que é possível lutar, no entanto não quer branquear com isto uma coisa que é o poder escolher, porque poder escolher é fundamental. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que tal como o texto sugere em maio, no Feriado Municipal, vai-se dignificar mais esta efeméride e irá ver se o Executivo arranja alguma folga orçamental para aquilo que é vulgar chamar-se, umas lembranças, para entrega aos autarcas que durante estes 40 anos trabalharam para o bem comum, ainda que seja uma placa com o nome e com a data em que exerceram cargos. Para aqueles que já desapareceram, também seria bom que essa placa fosse entregue às pessoas mais próximas dos falecidos, porque as homenagens mesmo a título póstumo, também têm toda a validade e são merecidas. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que o texto do Professor Francisco José Lopes, que foi lido de uma forma apressada mas que merece reflexão, e por isso vai dar indicação aos serviços para enviar o texto a todos os membros, porque acha que é um texto que vale a pena ser lido e reflectido. É uma opinião do Professor Francisco José Lopes, com

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

base no conhecimento da história do Concelho, no estudo que ele tem vindo a fazer e por isso não tem que se concordar com tudo, como disse o Deputado Diamantino Mário Lopes. O Senhor Professor Francisco José Lopes vai escrever um livro sobre a história do Concelho nos 40 anos de democracia em que os representantes autárquicos são eleitos e não nomeados. -----

----- Respondendo à questão e desafio do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e dos contactos que têm tido, disse estar-se a apontar para o Feriado Municipal ser feita a apresentação de um livro com mais conteúdo, de uma exposição sobre a história dos 40 anos do poder local em democracia. Disse, depois, que a opinião do Executivo é fazer uma homenagem mais aos Presidentes de Junta, porque de alguma maneira, já foi feita uma homenagem aos Presidentes de Câmara quando foram colocados os quadros com todos os Presidentes de Câmara, no Salão Nobre da Câmara Municipal. Os Presidentes da Assembleia Municipal também merecerão certamente uma homenagem, mas neste momento seria uma boa altura para homenagear os Presidentes de Junta vivos e os falecidos. No entanto, vai ainda ser visto se a homenagem será só aos Presidentes de Junta, ou se também será feita aos Presidentes de Câmara e da Assembleia e fazer essa homenagem de forma a que isso fique como um marco histórico. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que a sua opinião é homenagear os autarcas todos, personificados, representados pelos Presidentes de Junta, de Assembleia de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, porquanto entende que o argumento de que os Presidentes de Câmara já foram homenageados com a colocação de um quadro no Salão Nobre da Câmara Municipal, só por si não é suficiente para afastar também a homenagem a todos os Presidentes de Câmara nos 40 anos do poder local democrático. Relativamente a todos os outros autarcas, Presidentes de Junta, Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal, pensa que é de toda a justiça que se aproveite a efeméride para fazer uma comemoração, pois entende que seria uma injustiça não fazer uma homenagem global. No entanto, os Senhores Deputados Municipais terão uma palavra a dizer sobre tudo isto, pois gostaria de ouvir sugestões dos Senhores Deputados. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara sugeriu a constituição de uma comissão para trabalhar com o Professor Francisco José Lopes para preparar essas comemorações. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio disse que não poderia quer ele, quer a bancada que representa, associar-se à ideia e que concorda com o Senhor Presidente da Mesa, pois também entende que é a altura, o momento certo, de prestar uma justa homenagem a quem de forma mais direta ou menos direta teve um papel preponderante e muito importante no poder local. Apontou, depois, disponibilidade para ajudar nessa possível comissão a constituir. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara disse que oportunamente, depois de falar com o Professor Francisco José Lopes, será enviada uma mensagem para indicar os nomes para a Comissão e será melhor explicado que tipo de Comissão será essa. -----

3. APROVAÇÃO NO ÂMBITO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2017;

----- A Senhora Presidente da Câmara começou por referir que o Plano e Orçamento tem mais cerca de um milhão de euros do que no ano anterior e isso resulta em grande parte do dinheiro que o Executivo está a contar que venha do quadro comunitário: já estão aprovadas candidaturas aos Fundos Comunitários. Também há mais receitas do Orçamento de Estado, porque o atual Governo já pelo segundo ano consecutivo aumentou as receitas para as autarquias, não aumentando tanto como o desejado, mas já é o segundo ano que há aumento de transferências para as autarquias do Orçamento de Estado, o que é um outro fator que leva a poder ter um Orçamento com mais dinheiro. Em relação aos impostos municipais, como todos sabem, foi reduzido 10% do IMI e é intenção do Executivo, desde que a lei permita, continuar a redução do IMI pelo menos até à taxa média. Disse que não vai haver aumento das receitas próprias, que ao nível do Orçamento não ultrapassam meio milhão de euros, que são o IMI, o IMT, a DERRAMA e os 5% do IRS. Por isso, referiu, o que vai reforçar este Orçamento são, por um lado, os fundos comunitários, que finalmente, depois de dois anos do Quadro Comunitário estar parado, começa agora a mexer. Referiu que o Município já tem aprovada a Candidatura de Reabilitação Urbana, os GIP's, a Candidatura de abastecimento de água das aldeias de Ferradosa, Picões, Cabreira, Gouveia e Vilarelhos. Continuando, disse, há outras candidaturas a serem submetidas, como é o caso da reabilitação da

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Escola EB 2,3/S e outras que estão a ser preparadas. Disse, depois, que o Executivo tem também projetos na área da eficiência energética, com o objetivo que toda a iluminação pública passe a LED, o que acontece já em Sambade e parte da Saldonha, porque isso traz poupanças superiores a cinquenta por cento. -----

----- A Senhora Presidente referiu, também, que é um Plano e Orçamento, embora com mais dinheiro, mas que tem ainda limitações: só para pagar os encargos da dívida que este Executivo herdou, entre juros e amortizações, ainda se continua a gastar cerca de um milhão de euros por ano, o que limita muito o investimento. É também de referir que neste momento já está resolvido o problema das empresas municipais, porque era necessário cobrir prejuízos da EDEAF na ordem dos duzentos mil euros e da Alfandegatur na ordem dos trezentos mil. A EDEAF foi extinta e a Alfandegatur vendida, e como tal deixa de ter esse esforço financeiro no orçamento e esse dinheiro vai ser canalizado para o investimento. Continuando, disse, este Plano e Orçamento e toda a execução de 2016 que irá ser discutida em Março/Abril já irá mostrar que finalmente este Executivo está a conseguir dar a volta a todos os problemas herdados. Os problemas não foram só a dívida, não foram só as empresas municipais que davam prejuízos, foi também uma série de processos em Tribunal, que levaram a que tivessem que ser pagos mais de um milhão de euros: só num deles tiveram que ser pagos mais de seiscentos mil euros, que teve a ver com o facto de o Tribunal de Contas não ter dado "visto" à segunda fase do complexo desportivo e ter levado a perder os fundos comunitários e a Câmara ter que pagar tudo ao empreiteiro. Disse que neste momento não há praticamente qualquer processo em Tribunal, apenas duas ou três situações menores, que mesmo que a Câmara perca a causa, não vão ter um impacto significativo, como tiveram os anteriores que o atual Executivo já resolveu. Por isso, referiu, a partir de agora pensa que a Câmara está numa situação de deixar de estar tão preocupada com as finanças porque se está já num caminho de recuperação sustentada e já foram resolvidos a maior parte dos problemas herdados, o que é bom, apesar de o Executivo saber que uma dívida que se herda da grandeza da que herdamos (superior a 300% da média das receitas correntes líquidas dos últimos 3 anos) não se paga senão ao longo de vários anos. Pensa que ainda há muito para fazer, mas que a nível financeiro já foi feita a maior parte do trabalho. Agora o Executivo ter-se-á que concentrar mais no investimento e o investimento, não é só fazer obras, ou seja, o desenvolvimento são as infra-estruturas, a reabilitação urbana, a área cultural, a área social, a área do empreendedorismo, pois o investimento é muita coisa, não é só a parte material mas também a parte imaterial, e o Executivo está a tentar evoluir em todas essas áreas. ----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal interveio, informando que os pontos 3.1 a 3.6 são pontos com votação autónoma porque pode haver posições diferentes relativamente a cada um deles, perguntando depois de haveria algum pedido de esclarecimento. -----

----- O Senhor Deputado Mário Diamantino Lopes usou da palavra começando por pedir que se seja mais sucinto na apresentação dos pontos e mais objetivo, já que o ponto 3 está detalhado em vários subpontos, pelo que deveria ser feita uma síntese em cada um deles, pois embora a Senhora Presidente tenha feito uma explicação a nível global, é preciso que se particularize mais cada um deles com muita objetividade. Continuando, referiu que já é tempo de no Plano e Orçamento ser pensada uma sala que aproxime mais as pessoas, pois considera que os membros da Assembleia estão afastados fisicamente e já chega às vezes o afastamento ideológico. Disse, também referindo-se aos Bombeiros Voluntários, que esta Associação tem uma candidatura praticamente aprovada para a remodelação do edifício no valor de 350.000,00 euros, para a qual agradece a colaboração da autarquia para o seu acompanhamento e execução, pedindo agora um bocadinho mais de previsão no Orçamento para o possível apoio à parte não financiada, isto porque, quando se fala em dívida, é bom que se diga que aos Bombeiros Voluntários devem cerca de oitenta mil euros de oito meses de serviço de transporte de doentes e a Associação tem tudo pago. Portanto, disse, suportar estas coisas tendo esta dívida do Serviço Nacional de Saúde para com os Bombeiros, poderá esta instituição vir a ter alguma dificuldade em suprir a parte que lhes diz respeito. --

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que os pontos a aprovar estão todos na deliberação da Câmara, fazendo depois um esclarecimento sucinto de cada um deles. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio, referindo-se ao ponto 3.5 perguntou qual é o montante limite para a autorização prévia a que o mesmo se refere, pois segundo se recorda, não cabem aqui todas as prestações de serviço, tendo a Senhora Presidente informado que o valor limite é de cem mil euros. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou os pontos 3.1 a 3.6 à votação, tendo sido deliberado o seguinte: -----

3.1 AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA;

----- Deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, aprovar o pedido de autorização da Câmara Municipal para contração do empréstimo supra mencionado. -----

3.2 AUTORIZAÇÃO PARA A CÂMARA ASSUMIR COMPROMISSOS DE QUE RESULTEM ENCARGOS FINANCEIROS REPARTIDOS, POR VÁRIOS ANOS ECONÓMICOS, EM CONFORMIDADE COM AS OPÇÕES DO PLANO;

----- Deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, autorizar a assunção dos compromissos referidos em epígrafe. -----

3.3 A APROVAÇÃO DOS ORÇAMENTO E GOP'S PARA 2017;

----- Deliberado, por **maioria**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e nove abstenções, dos Deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, Iolanda Neves, Adriano Andrade, José Almendra, Jonathan Pacheco, Carlos Pousada, Hélder Pires e Pedro Morgado, aprovar o Orçamento e GOP's para o ano de 2017. ----

----- Não participou na votação o Senhor Deputado António Pacheco por se encontrar ausente no momento da votação.

3.4 A APROVAÇÃO DOS MONTANTES TOTAIS DAS RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA ECONÓMICA;

----- Deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e dez abstenções, dos Deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, Iolanda Neves, Adriano Andrade, José Almendra, Jonathan Pacheco, Carlos Pousada, António Pacheco, Hélder Pires e Pedro Morgado, aprovar os montantes supra referidos. -----

3.5 A APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ART.º 6 DA LEI Nº 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO;

----- Deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e dez abstenções, dos Deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, Iolanda Neves, Adriano Andrade, José Almendra, Jonathan Pacheco, Carlos Pousada, António Pacheco, Hélder Pires e Pedro Morgado, aprovar a autorização genérica referida em epígrafe. -----

3.6 APROVAÇÃO DAS NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2017;

----- Deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e dez abstenções, dos Deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, Iolanda Neves, Adriano Andrade, José Almendra, Jonathan Pacheco, Carlos Pousada, António Pacheco, Hélder Pires e Pedro Morgado, aprovar as Normas de Execução do Orçamento referidas em epígrafe. -----

4. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2017, ELABORADO NOS TERMOS DO ARTIGO 28.º E 29.º DA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO, QUE APROVOU A LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS;

----- A Senhora Presidente da Câmara começou por dizer que o Mapa apresentado é o que existe sem alterações, mas, provavelmente, na próxima sessão da Assembleia Municipal vai ser apresentado um mapa com alterações. Disse que não foram feitas alterações a este mapa porque na altura ainda não tinha sido aprovado o Orçamento de Estado para 2017, como tal não se sabia que normas iria conter em termos da contratação de pessoal. Por outro lado, tem que ser feita uma reunião com o FAM porque é necessário ver que restrições temos ou não, em relação à contratação de pessoal. Referiu que a Câmara precisa de contratar pessoal, pois a Câmara tem vivido de CEI's, ou seja, de contratos do Centro de Emprego. A Câmara tem apenas duas pessoas nos espaços verdes, três pessoas a varrer as ruas, tudo o resto são CEI's.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Para além destas situações há outras, de pessoal que estão a fazer trabalho que deveria ser trabalho continuado e que é necessário, e que a Câmara ainda não teve a possibilidade de contratar, pelo que a Câmara pretende combater a precaridade e começar a regularizar as situações de pessoas que têm estado a trabalhar na autarquia, mas com contratos do Centro de Emprego, que umas vezes estão e outras vezes não, o que provoca problemas no funcionamento da própria autarquia. Assim, disse, a partir de agora e uma vez que há também da parte do Governo a intenção e abertura para combater a precaridade e começar a regularizar as situações, coisa que a Câmara sempre fez, mas com muito mais trabalho, lembrando que para resolver o problema da abertura do concurso das pessoas que saíram da EDEAF, andou-se mais de um ano com os pedidos de autorizações, porque o anterior Governo tinha tirado autonomia às Câmaras Municipais para fazer contratações. A Câmara para contratar quem quer que fosse tinha que pedir autorização à Secretaria de Estado da Administração Local e ao Ministério das Finanças, justificar tudo e mais alguma coisa, e só depois de obter essas autorizações é que se podia abrir o concurso. Agora a lei mudou, a Câmara pode abrir concurso, com as limitações que existem, dando como exemplo o facto de o Orçamento de Estado para 2017 incluir uma norma em que o nosso Município não pode gastar mais em despesas com pessoal do que em 2016, mas, disse, à partida, há pessoas que se vão reformando e por isso é possível, progressivamente, resolver as situações pendentes. Continuando, disse, que também há agora uma outra orientação no sentido de que as pessoas que estão em contrato de prestação de serviços, mas que estão a exercer funções necessárias e continuadas, a indicação que existe é que até outubro haverá orientações para essas pessoas serem integradas nos quadros, e assim, progressivamente, a Câmara vai tentar resolver as situações que há na autarquia, tal como nas outras. Referiu que agora as coisas estão com perspectivas mais positivas e o Executivo, a partir de janeiro, vai concentrar-se nessa questão de ver o que pode fazer, progressivamente, com responsabilidade, sem exageros e sem pôr em causa as finanças autárquicas, começar a resolver os problemas da precaridade que existem na autarquia. Continuando, disse que a falta de pessoal traz muitos problemas, dando como exemplo o facto de nesta altura do ano caírem muitas folhas e a Câmara não tem gente suficiente para limpar, aliás, por esse motivo vai ser adquirida uma pequena máquina para começar a fazer limpeza porque é impossível em certas alturas, ter tudo limpo e o Executivo quer ter tudo limpo. Disse, que agora, os únicos órgãos que podem decidir em matéria de contratação de pessoal são a Câmara e a Assembleia Municipal, já não tem que se pedir autorização à Secretaria de Estado da Administração Local e ao Ministério das Finanças, e o Município voltou a ter autonomia que tinha quando o atual Executivo assumiu funções, e que o anterior Governo tirou às autarquias. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio referiu que o quadro de pessoal, a gestão de recursos humanos é sempre uma matéria muito sensível. Continuando, disse que a Senhora Presidente referiu e bem, que há funções de precaridade que têm que ser olhadas de forma séria, que é importante resolver algumas situações urgentes e também é importante gerir o quadro de recursos humanos que se tem de forma séria e responsável para que depois não se tenha, como alguns municípios e alguns locais públicos, pessoas em excesso em algumas funções e que depois, há outras que não estão a ser salvaguardadas. Perguntou, de seguida, se não sofrendo este Quadro qualquer alteração se é obrigatório fazer-se a aprovação deste Quadro nesta Assembleia. A Senhora Presidente disse que é obrigatório e que pode ser alterado em qualquer Assembleia, pois houve uma flexibilização, atualmente não se chama quadro mas sim mapa, que é flexível e pode ser ajustado ao longo do ano, mas é obrigatório ser aprovado nesta sessão da Assembleia, juntamente com o Plano e Orçamento. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto quatro à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com dezasseis votos a favor e dez abstenções, dos Senhores Deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, Iolanda Neves, Adriano Andrade, António Pacheco, José Almendra, Jonathan Pacheco, Carlos Pousado, Hélder Pires e Pedro Miguel Morgado, aprovar o Mapa de Pessoal para 2017.-----

5. PARECER PRÉVIO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2017, NOS TERMOS DO ARTIGO 31º DA LEI Nº 53/2014, DE 25/8;

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que o parecer prévio supramencionado, elaborado pelo FAM, é positivo, fazendo algumas recomendações de ajustamentos. Continuando, referiu que os responsáveis pelo FAM fazem sempre uma avaliação comparando com o PAM e quando o Município aderiu ao FAM fez esse plano, que é para vários anos, e o que foi feito foi fazer um plano para vários anos de acordo com o PAM, mas que apesar de tudo, foi colocado mais algum dinheiro no investimento (14%), cerca de mais de cem mil euros em termos de receitas, que os gestores do FAM dizem que estão a mais em relação ao FAM, mas que o Executivo conta ter essas receitas por via dos fundos comunitários e de outras candidaturas que estão a ser feitas ao Fundo do Baixo Sabor e a uma linha de financiamento do Turismo. Por isso, disse, as recomendações feitas vão ser tidas em conta, mas o Executivo considera que não vai ser preciso fazer grandes ajustamentos, nem sequer aqueles que são recomendados, uma vez que se acredita que se vai poder fazer mais investimento do que aquele que estava previsto no PAM para 2017, até porque o Executivo conseguiu superar as metas que estavam no PAM para 2016, ou seja, se estão a ser superadas, significa que o Município está em melhor situação financeira e por isso vai-se conseguir cumprir o Plano e Orçamento. De qualquer maneira, referiu, caso seja necessário, pode-se, sempre, fazer uma revisão ao Plano e Orçamento, trazê-la à Assembleia e ajustar aquilo que for necessário. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Parecer Prévio ao Orçamento supramencionado. -----

6. RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAM, NOS TERMOS DO PREVISTO NO ANEXO I DO CONTRATO PAM, OUTORGADO EM 19/10/2015, CONJUGADO COM AS OBRIGAÇÕES ESTIPULADAS NO ARTIGO 29.º DA LEI DO FAM- DADOS A 30/9/2016;

----- A Senhora Presidente da Câmara remeteu para as conclusões do Relatório, onde está tudo bastante bem discriminado, sendo este Relatório elaborado de 3 em 3 meses. Disse que nele constam discriminados rubrica por rubrica os desvios, positivos ou negativos, e a conclusão que passou a ler: "O Município cumpre e supera as metas contratadas no PAM no que se refere a endividamento líquido, prazo médio de pagamento, inexistência de pagamentos em atraso, remunerações certas e permanentes com o pessoal, número de trabalhadores ao serviço em setembro de 2016, bem como o cumprimento de outras medidas do lado da despesa e da receita que contribuíram para estes resultados positivos". Referiu que com base nestes argumentos e o facto de o Município ter menos despesas com o pessoal e menor número de trabalhadores do que o previsto no PAM, o Executivo vai tentar convencer os responsáveis do FAM em relação à contratação de mais pessoal. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente referiu que tudo isto está muito bem explicado em cada um dos itens, onde está explicado pormenorizadamente, tudo justificado, convidando os Senhores Deputados a fazer a sua leitura. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório em epígrafe. -----

7. FUNDO DE APOIO MUNICIPAL – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FIXAR A MINORAÇÃO DE 30% DA TAXA DE IMI – PARA CONHECIMENTO;

----- A Senhora Presidente da Câmara começou por referir que na última Assembleia foi aprovada uma redução do IMI em 10%, conforme decorria da lei, e sobre tal, o FAM não tem que se pronunciar. No que respeita aos edifícios que estão degradados, referiu, foi aprovada uma posição em que se iria onerar, ou seja, majorar e cobrar, às pessoas que têm edifícios degradados, abandonados e em muito mau estado, mais 30% no IMI, sendo que para isso está a ser feito um levantamento desses edifícios e vai-se comunicar às Finanças, e para quem fizesse a reabilitação dos seus edifícios seria feito um desconto de 30% no IMI. Continuando, disse que essa minoração não foi aprovada pelo FAM dado que há uma norma que estabelece que tudo o que seja reduzir receitas não é aprovado. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra, começando por referir que na sessão da Assembleia Municipal realizada em setembro do corrente ano o Executivo trouxe este ponto da redução do IMI que estava previsto pela própria legislação e aproveitando esse instrumento e que na altura ouvindo as explicações do Senhor Vice-Presidente da Câmara a sua bancada congratulou-se com a redução, porque isto tem a ver diretamente com impostos aos munícipes. No entanto, queria fazer uma ressalva que fez na altura, que era o facto de haver aqui uma majoração a quem não cuidasse dos seus edifícios e que, neste momento, mantém essa posição, que considera ser também alguma preocupação por parte do

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Executivo, até porque, se uma tem um aspeto positivo que é a redução do imposto a outra tem um aspeto negativo, que é o aumento desse mesmo imposto. Disse que há aqui duas questões, ou seja, há pessoas que têm edifícios degradados e não fazem melhorias porque não podem e outros não querem, pelo que é necessário balizar bem as duas situações, porque se pode estar com uma lei geral a querer penalizar quem não faz porque não quer, mas está-se também a entrar na penalização de quem não faz porque não pode, pelo que o Executivo deve ter em atenção e ver junto das pessoas competentes na área da legislação, o que pode ser feito para salvaguardar as pessoas que não podem fazer esses melhoramentos, comprovando-se, obviamente, essa situação. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara disse que o que foi referido pelo Senhor Deputado Luís Terêncio pode ter alguma razão de ser nalgumas circunstâncias. Disse, depois, que os edifícios que estão em causa são aqueles que têm telhados a cair, paredes a cair, e que as pessoas às vezes, querem vender como se fossem edifícios de luxo. As pessoas não podem reconstruir porque não têm dinheiro, mas podem vender por um preço razoável. Continuando, referiu que isto vai obrigar as pessoas a não deixar aqui imóveis de que são proprietários ao abandono, pois como se sabe, há pessoas que têm casas a cair porque simplesmente não se interessam, nem sequer as colocam à venda e quando as colocam à venda querem mundos e fundos e como é evidente, isso é também um prejuízo para quem cá vive porque ninguém gosta de viver numa terra que tem casas a cair e degradadas e os proprietários não fazem nada, pelo que têm que ser obrigados a fazer qualquer coisa. Referiu, também, que a política do Executivo tem sido contactar as pessoas para fazerem alguma coisa, identifica-se o imóvel e notifica-se o proprietário, e se as pessoas não fizerem absolutamente nada e não se interessarem, pode ser que isto seja um incentivo para elas se começarem a preocupar um bocadinho mais. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

8. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE NOME DE RUA OU LOCAL NA SEDE DO CONCELHO COM O NOME “MESTRE JOSÉ RODRIGUES”;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra, começando por dizer que na última sessão da Assembleia Municipal veio este tema sob proposta da Câmara Municipal para todos poderem refletir sobre a pertinência de dar o nome do Mestre José Rodrigues a uma rua ou local de Alfândega da Fé. Na altura discutiu-se se a rua onde está localizada a casa dos seus pais se seria uma boa possibilidade, foi feita uma breve reflexão por todos e foi decidido nomear dois representantes das duas bancadas e enviar este assunto para a Comissão de Toponímia. Esse trabalho foi realizado, foi feita a reunião da Comissão da Toponímia, onde estiveram presentes os representantes da Assembleia e também, a convite da Comissão, o Prof. Francisco José Lopes, como historiador e pessoa que tem feito muito trabalho na toponímia. Nessa reunião, referiu, entendeu-se de forma unânime, que estar a desclassificar uma rua, no caso a Rua S. João de Deus, cujo nome lhe foi atribuído em 1951, por indicação do Governo, para ser atribuído o nome desse Santo Português em várias localidades. Alfândega da Fé decidiu dar esse nome à antiga Rua dos Olmos, que era a Rua mais antiga da sede do Concelho. Na referida reunião, entendeu-se que não seria a melhor ideia estar a desclassificar essa atribuição, até por questões de constrangimentos para as pessoas, de terem que alterar moradas, numa altura em que tem havido alguns problemas com os correios, designadamente, a falta de entrega da correspondência às pessoas, por ter a morada incompleta. Continuando, o Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que sob proposta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alfândega da Fé, Senhor Artur Castilho, também corroborada pelo Prof. Francisco José Lopes, num documento que enviou à Comissão, onde de facto haveria outras alternativas interessantes e uma delas seria atribuir o nome do Mestre José Rodrigues ao Parque Verde. Disse, depois, que algumas pessoas poderão dizer que já existe a Casa da Cultura com o nome do Mestre José Rodrigues e o Parque Verde está ao lado, mas em sua opinião, faz sentido, porque o Parque Verde e a Casa da Cultura, ou seja, todo aquele Centro Cívico representa um espaço de cultura do Concelho e também onde estão algumas peças feitas nos simpósios da pedra, realizados no passado. Assim, referiu, a proposta que a Comissão Municipal de Toponímia traz à Assembleia Municipal é designar o Parque Verde com o nome do Mestre José Rodrigues e ao mesmo tempo assinalar a atribuição do nome com o colocação de uma peça escultória que para além de ter o nome, terá também um breve resumo da sua vida e na mesma altura fazer uma breve homenagem, tal como já foi

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

escrito pelo Mestre José Rodrigues num dos livros editados sobre os Simpósios da Pedra, à escultora Lúcia Vieira, que veio a falecer durante a realização desses simpósios. Assim, disse, será também colocada uma pequena placa no Parque Verde, homenageando a escultora Lúcia Vieira. Referiu que a ideia é fazer a colocação da peça escultória e colocação do nome do parque possivelmente durante as festividades do Feriado Municipal e até lá fazer a preparação, mandar fazer a peça escultória e o texto para colocar no Parque. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto oito à votação tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, aprovar a proposta apresentada pela Comissão Municipal da Toponímia, atribuindo ao Parque Verde o nome de “Parque Verde Mestre José Rodrigues”. -----

9. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE EUCÍSIA, GOUVEIA E VALVERDE;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra, começando por dizer que este contrato é muito idêntico ao contrato celebrado para a realização da obra de abastecimento de água ao Santo Antão da Barca, ou seja, há um compromisso e trata-se de uma medida compensatória que a EDP está a dar ao Município para fazer a reabilitação da estrada entre o celeiro da Eucísia e a aldeia de Gouveia. O Executivo queria que fosse reabilitada toda a estrada até ao limite do Concelho, entretanto houve algumas negociações e a EDP acedeu a dar ao Município cento e cinquenta mil euros para a reabilitação dessa estrada. Neste momento, disse, o Município não tem Orçamento para fazer face a esta obra, teria que ser feita uma revisão ao Orçamento. Então o Executivo entendeu delegar esta competência na União das Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde e a EDP vai pagar diretamente à União das Freguesias e todo o procedimento concursal decorrerá através da mesma. O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu depois, que já foi feito o concurso e que a obra foi adjudicada à empresa Higinio Pinheiro e que irá decorrer ao início da Primavera. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra dizendo que teria uma questão direta a fazer que o Senhor Vice-Presidente acabou por responder na intervenção que fez, concretamente qual a vantagem do protocolo, mas nas palavras que o Senhor Vice-Presidente proferiu ficou com uma dúvida, ou seja, a obra não vai contemplar até limite do Concelho, ou seja, vai haver um pedaço de estrada que vai ficar por reabilitar. Assim, perguntou, se não há a possibilidade de incluir esse espaço na reabilitação que vai ser feita. -----

----- A Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que a EDP apenas queria tapar os buracos e que acedeu a fazer esta obra e que na sequência das insistências do Executivo, não só assumiram esta obra como se admite custear a outra parte. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto nove à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, autorizar a celebração do Contrato Interadministrativo supra mencionado. -----

10. TRANSFORMAÇÃO DA ALFANDEGATUR EM SOCIEDADE POR QUOTAS – RATIFICAÇÃO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra começando por dizer que na última sessão da Assembleia Municipal, em que não esteve presente, terá havido algumas dúvidas em relação a algumas questões, nomeadamente, que tipo de contrato existia em termos da cedência de 65% (sessenta e cinco por cento) do capital social e quais as condições dessa transação. Referiu que de facto na última Assembleia a informação não foi acompanhada do contrato de compra e venda de ações e de transformação da Alfandegatur numa Sociedade por Quotas, tendo sido agora enviado autonomamente esse documento. Continuando, explicou, que a intenção do Executivo era passar os 100% (cem por cento), o que não foi feito porque tanto a Caixa Geral de Depósitos como a Caixa Agrícola disseram que se sentiam mais confortáveis se o Município continuasse com 35% (trinta e cinco por cento), mas, no entanto, no acordo está bem claro que o Município não só não é responsável pela gestão, pois quem gere são os privados, nem por cobrir nenhum prejuízo, assim como não participa nos lucros, ou seja, a posição do Município é uma posição transitória que será reavaliada ao fim de um ano tal como consta do contrato e que terá sempre que constar com as instâncias credoras. Referiu que o turismo não

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

levanta qualquer problema, aliás só fez a reestruturação do passivo com a condição de passar a empresa para privados, no entanto a Caixa Geral de Depósitos e a Caixa Agrícola querem que o Município se mantenha, porque para elas isso funciona como uma garantia. Disse, depois, que a intenção é sair da empresa e de qualquer maneira o Município já não está a gerir e no contrato está claro que não é responsável pelos prejuízos nem participa nos lucros, nem na gestão. Referiu, depois, que a Empreiteiros Morais & Filhos, que neste momento é dona de 65% (sessenta e cinco por cento) do capital social da Alfandegatur, Sociedade por Quotas (já não é empresa municipal), já fez lá um investimento de cerca de quatrocentos mil euros. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Correia, Diretor da Alfandegatur, usou da palavra, começando por dizer que os olhos são a prova para quem tem alguma dúvida em relação ao projeto que está a decorrer no Hotel & SPA, é passarem por lá, porque realmente as coisas estão a funcionar. Ao nível do investimento tem sido grande, nomeadamente, a reformulação dos quartos, a sala panorâmica do restaurante completamente nova, novos funcionários, sempre feita a escolha a nível do Concelho, tal como a aquisição de produtos e as várias vertentes dos serviços têm sido feitas no Concelho. A prova mais viva, disse, é passarem por lá e verem o que está a ser feito. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio disse que as dúvidas que levantou na última Assembleia são praticamente as mesmas, ou seja, houve um concurso, quem ganha o concurso é a Sociedade PITER's, que tem no seu seio como administrador o dono da empresa Empresa Empreiteiros Moais & Filhos, Senhor Jorge Morais, surgindo-lhe a dúvida de sendo uma empresa que ganha o concurso se pode haver a transferência para outra empresa sem haver concurso; em segundo lugar há um contrato que isenta o Município de qualquer responsabilidade nos prejuízos e na repartição de lucros, mas que por outro lado as entidades bancárias obrigaram o Município a estar com 35% do capital, pelo que continua com muitas dúvidas até ver o contrário na legislação, não acredita que nenhum sócio de uma empresa com 35% do capital se isenta de responsabilidades quer nos prejuízos, quer nos lucros; o contrato é um contrato, a responsabilidade legal é a responsabilidade legal, pelo que gostaria de ver estas dúvidas esclarecidas. -----

----- Disse, depois, que na ata da sessão anterior, no ponto 9 que era relativo a este assunto, é referido que o mesmo foi retirado, mas não consta o porquê de o ponto ser retirado, sendo que na sua opinião seria importante colocar ali a razão pela qual foi retirado este ponto. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes interveio dizendo que de facto este foi um ponto que foi retirado da última sessão da Assembleia, por falta de documentação que suportasse a decisão pelo que gostaria de saber se é esta razão que o Senhor Deputado Luís Terêncio quer na ata ou se tem outra razão qualquer. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que irá dar indicação aos serviços para que ouçam a gravação e coloquem na ata as razões que levaram a retirar esse ponto. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara pediu ao Dr. Miguel Franco para responder às questões colocadas. –

----- O Senhor Dr. Miguel Franco começou por dizer que relativamente à transmissão, aparentemente poderão achar que se trata de uma transmissão que não foi precedida de concurso público, a questão não se pode colocar nessa ótica, a questão tem que se ver no enquadramento do próprio procedimento que se iniciou em 2013. A questão da adjudicação do contrato que se celebrou com a Sociedade PITER foi precedida efetivamente de um concurso que foi aberto em 2013 e que foi sendo adaptado e dois anos depois é que foi possível a adjudicação. A questão da transmissão da posição de promitente comprador disse que as regras da contratação pública permitem efetivamente uma transmissão de posição contratual, não pode estar precedida de concurso porque o concurso já existiu, já foi feita uma adjudicação. Disse que poderia ser questionada a escolha do transmissário, ou seja, quais os critérios para se aceitar a escolha desse particular. Poder-se-ia questionar isso, obviamente que sim, mas a questão, como todos sabem, a empresa Empreiteiros Morais & Filhos, Lda, fez através do Dr. Jorge Morais, vários investimentos, pelo que se percebeu que realmente se estava perante uma empresa que tinha interesse neste projeto. A dúvida que o Senhor Deputado Luís Terêncio tem obviamente que é pertinente, mas é um ponto que não tem que ser deliberado e aprovado pela Assembleia Municipal, pois não é isso que está aqui em causa, a Assembleia Municipal já deliberou em 2013 uma transformação da Alfandegatur, a questão da

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

execução dessa deliberação é por conta da Câmara Municipal, a quem cabe deliberar. No que respeita à questão das responsabilidades, referiu que todas as questões e o que está em causa, ou seja, está-se a falar de uma dívida, está-se a falar de um contrato de transmissão de compra e venda de uma participação social, e essa compra e venda não é uma compra e venda pura e simples, concretamente, paga e recebe. Não é isso que está em causa, essa transmissão implica a assunção de compromissos e isso ficou muito claro, a assunção do compromisso, são compromissos financeiros, a dívida à banca, dívida de empréstimos, de fornecedores, de indemnização de trabalhadores, estando-se assim a falar de um valor já bastante considerável, sendo esta uma questão. Outra questão, disse, é a questão na participação nas perdas e lucros, ou seja, deixa o Município de participar nas perdas e lucros da sociedade. Isto parece ser um contrato leonino, mas não é essa a intenção, porque se sabe que o comprador assumiu expressamente que aceitava a dívida. Obviamente que isto não é um contrato de compra e venda simples, é extremamente complexo, tem várias nuances que é preciso ver. Questionar como é possível um sócio assumir e não ficar totalmente responsabilizado, tem que ser vista a outra parte, que assumiu toda a dívida. O que está aqui na Assembleia Municipal é apenas o diferimento da alienação dos 35% (trinta e cinco por cento) para 2017. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio disse que se dúvidas tinha, com dúvidas ficou, até porque o Dr. Miguel falou três vezes em viabilidade e nunca lhe contou uma vez legal. Continuando, disse que o Dr. Miguel Franco referiu que a empresa Empreiteiros Jorge Morais foi fazendo investimento naquela casa, ou seja, pergunta porque é que foi fazendo investimento naquela casa, com que garantias, Depois, falou em valor dos compromissos, a entidade que compra assumiu os compromissos com a banca, fornecedores, turismo e demais entidades. Já na sessão anterior, perguntou quais são os valores destes compromissos, pelo que pergunta se é possível ter informação destes compromissos. O Dr. Miguel Franco disse que à data de junho está um balancete anexo ao contrato que está na informação. O Senhor Deputado Luís Terêncio perguntou se isto é legal e qual é o suporte legal que dá esta legalidade ao processo, sendo esta a dúvida da bancada que representa. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que quando o Dr. Miguel, que é jurista, diz que é viável, é porque é legal. Disse que ainda na semana passada foi enviado todo o processo para a Inspeção Geral de Finanças, porque temos uma inspetora que está a acompanhar todas as empresas municipais, e se houver alguma dúvida, também será suscitada pela própria Inspeção Geral de Finanças. Tal como disse o Dr. Miguel Franco, a assunção da dívida está claro; a segunda questão é qual é a responsabilidade do Município tendo 35% do Capital Social; o Município não participa na gestão e também não cobre prejuízos, nem participa nos lucros. Disse que tem que se ser prático e objetivo, ou seja, vender, vender bem, viabilizar, dar um futuro melhor àquele empreendimento, manter os postos de trabalho que lá estão e, se possível, criar ainda mais. Algumas das dúvidas apresentadas até as compreende, porque, de facto, depois de tantos anos andar a prometer que se ia vender a vários nomes, em vez disso, ao que se assistiu, foram os privados saírem todos e ficar a Câmara com 100% da empresa, ou seja, exatamente o contrário daquilo que se pretendia desde o início em que se começou este processo. Considera que antes deste Executivo, ninguém conseguiu fazer melhor do que aquilo que está a ser feito, ou seja, todos prometeram, todos tentaram, e este Executivo apesar de todos os obstáculos nunca desistiu e atingiu o objetivo, que ainda não está completamente atingido, porque só o estará quando, por um lado, o Município não tiver lá os 35% e por outro lado, se perceba de uma forma mais clara, o Hotel passa a dar lucro. Ser sustentável é deixar de ter prejuízo e para tal é preciso investimento e o primeiro investimento já está feito, na melhoria do próprio Hotel & SPA.

----- Continuando, disse, para o Hotel ser viável é necessário mais trabalho, que o Executivo tem acompanhado. Ainda recentemente esteve numa reunião com a Secretária de Estado do Turismo que veio cá esta semana, que veio visitar o Hotel e um outro investimento que se está a desenvolver em Felgueiras, e um dos projetos discutidos para viabilizar o Hotel & SPA, que é uma das ideias que o Dr. Jorge Morais já tem há muito tempo e que tem trabalhado nela, é o passar o Hotel para um Hotel Escola Internacional, porque a PITER, de que ele é presidente, que é uma associação de produtores que já está a vender produtos para o Brasil, Angola, etc. O Dr. Jorge Morais já tinha protocolos com Angola e Moçambique, em que vários estudantes têm vindo a Portugal fazer formação em cozinha, restauração e hotelaria. A vantagem disso é que

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

esses países não têm gente com formação, mas têm gente com muito dinheiro para investir. Neste momento, disse, o Dr. Jorge Morais encontra-se em Angola a fazer a inauguração de um hotel que tem uma parceria da Rota do Azeite e de alguns investidores angolanos, mas esse hotel vai precisar de gente com formação, que já estava a ser feita antes em Mirandela, na Escola de Turismo e agora vai passar a ser feita em parte no Hotel & SPA. A Senhora Secretária de Estado do Turismo achou uma ótima ideia e é uma das partes que pode ajudar a viabilizar o projeto, que já está a ser trabalhado com a Secretaria de Estado do Turismo. Além disso, referiu, há outro projeto muito interessante que já foi objeto de uma candidatura ao PO-NORTE, que é um projeto de internacionalização do território através da Rota do Azeite, que é mais direcionado para o Brasil, São Paulo, que já se falou aqui na Assembleia, que é vender os produtos nas padarias, que são quase todas de portugueses, que vendem quase tudo o que é produtos alimentares e o Presidente da Federação das Padarias é do Concelho de Alfândega da Fé (Gebelim), o que são laços de oportunidade muito importantes para colocar lá os nossos produtos. Para além de colocar lá os produtos, há outro projeto que também pode ajudar a viabilizar o Hotel, que é o projeto designado de “retorno às origens”, que é uma parceria com a Numatur, que é a maior agência de viagens de São Paulo, que pertence a uma família portuguesa de Braga, e eles têm uma parceria essas padarias, onde as pessoas compram os produtos e podem inscrever-se para vir conhecer as origens. Isso é direcionado para os portugueses e luso-descendentes, alguns dos quais nunca vieram a Portugal e têm interesse em conhecer as suas origens, a terra dos seus antepassados (avós, bisavós e trisavós. Serão pacotes personalizados, que terão sempre a sua origem no Hotel & SPA. São coisas ambiciosas, precisam de muito trabalho e não é de um dia, porque que sem ambição, trabalho e persistência, não se concretizam, e o papel do Município é o de acompanhar, de facilitar e ajudar, porque aquilo que se pretende é que aquele Hotel que já deu muito nome ao nosso Concelho, que seja ainda mais um projeto âncora do Concelho, que crie mais emprego e aumente ainda mais a visibilidade positiva do Concelho de Alfândega da Fé. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes interveio, referindo que há um ponto que une todos, ou seja, que o Hotel & SPA seja viável e que seja um espelho do Concelho, que continue a encher de orgulho a todos e que as coisas corram bem, Referiu-se depois, a duas conclusões suas que gostava de partilhar com todos. A primeira tem a ver com a preocupação com a relação contratual entre quem ganhou o concurso e a nova empresa. Isto é uma figura que já existe e que todos conhecem, e para usar uma linguagem que seja perceptível por todos, todos ouviram falar dos subempreiteiros, que são pessoas que empreitam obras que empreiteiro ganhou. O que tem que ser salvaguardado é o contrato que foi celebrado com a Câmara, e se o mesmo está salvaguardado, a partir desse momento a empresa que ganhou o concurso pode estabelecer relações comerciais com quem entender desde que a relação com o primeiro esteja garantida. Continuando, disse, outra coisa que lhe parece óbvia da intervenção do Senhor Dr. Miguel Franco, que apesar de extensa foi esclarecedora, é que de facto este ponto não é para votar pois o mesmo já foi votado, apenas é presente para esclarecimento. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia interveio dizendo que na anterior sessão também entendeu que havia falta de documentação sobre este assunto, o ponto foi retirado da Ordem do Dia, a documentação que falta está agora presente nesta sessão. Disse que olhando para a documentação que estava em falta, verifica que existe uma cláusula 14ª sob a epígrafe de Cessão da posição contratual que diz o seguinte: “ A locatária pode cessionar a sua posição contratual total ou parcialmente, desde que previamente autorizada pelo primeiro outorgante tendo em conta o interesse deste na transmissão”. Portanto, disse, o primeiro outorgante é a Câmara Municipal, a Câmara usou desta prerrogativa que está prevista na cláusula 14ª do contrato, e que aquela dúvida que ele tinha era se isto existia e existe, pelo que não lhe parece que salte daqui alguma dúvida, e aquela dúvida que ele tinha desvaneceu-se, desapareceu. O Executivo usou esta prerrogativa de acordo sempre com o interesse da transmissão, e o interesse da transmissão já todos os Senhores Deputados perceberam, ou seja, o Município de Alfândega da Fé e todos os munícipes, andarem a suportar aquilo a que muita gente chama de elefante branco que foi aquele empreendimento que era para ficar na mão dos privados e que todos fugiram, e agora que apareceu uma entidade privada interessada não lhe parece, pelo que já percebeu e viu, de acordo com a documentação que haja neste momento alguma perspectiva negativa relativamente ao negócio. É evidente que certezas ninguém tem, os contratos são para se cumprir, se não forem cumpridos, também no mesmo contrato consta uma

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

cláusula 24ª que refere: “Que para a resolução de litígios se não for viável a resolução amigável é competente o foro da Comarca de Bragança com renúncia a qualquer outro”. -----

----- O Senhor Vereador Adriano Andrade interveio, começando por referir que as dúvidas estão todas dissipadas, se por acaso não têm conhecimento há procedimentos civis que é a cessão de cessionário ou de adquirente, em que um indivíduo qualquer pode vender a outro perante o contrato. Isto aqui está previsto na lei, a única coisa dos 35% que estão ainda registados a favor da Câmara também estão salvaguardados no mesmo contrato. O que pediu ao Dr. Miguel, se possível, é que se tiver acesso à certidão permanente da empresa, agradecia que lhe fosse enviada para poder ver. O Senhor Dr. Miguel Franco assumiu a sua responsabilidade pelo facto de na sessão anterior da Assembleia Municipal não ter sido junto à documentação o contrato, porque entendeu que a certidão permanente era suficiente para dissipar quaisquer dúvidas, ou seja, a certidão permanente é o documento que sempre existiu e anexo à primeira informação. Considerou que não havia quaisquer dúvidas, estava lá toda a informação, exceto o contrato. A Senhora Presidente da Câmara referiu que a certidão permanente estava nos primeiros documentos, mas se o Senhor Deputado Adriano Andrade precisar de mais alguma informação ela será disponibilizada. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio, respondendo à Senhora Presidente, disse que ele tinha toda a legitimidade, porque já o fez, continuará a fazê-lo, é livre e dá sempre a sua opinião, até pessoal, independentemente daquilo que a sua bancada tem como opinião. Continuando, deu os parabéns à Senhora Presidente, que já deu anteriormente, irá continuar a dar e espera que daqui a algum tempo, que espera que seja breve sobre este processo da Estalagem, porque como disse o Deputado Diamantino Mário Lopes, aquela casa não é deles, mas cada vez mais é deles, é do Concelho, é um marco que ninguém quer perder. Depois, disse querer fazer uma ressalva, concretamente, que a bancada que representa nunca colocou em causa a competência do Gabinete Jurídico, nomeadamente, a competência do Dr. Miguel, não é isso que está em causa, as dúvidas colocadas são dúvidas legítimas e é nesta casa que devem ser dissipadas todas essas dúvidas. Relativamente a correr bem, disse que sempre foram e estiveram ao lado do Executivo para que aquela casa fosse entregue a privados. No entanto, lembrou à Senhora Presidente o Concurso de 2010, que trouxe alguns prejuízos, são opções que percebe, mas tem que fazer esse reparo porque na altura esse problema poderia ter sido resolvido, não foi, trouxe problemas para o Município e para todos, mas espera que esta agora seja uma boa opção, e se assim for ele próprio fará questão de lhe dar aqui os parabéns publicamente. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara agradeceu os parabéns já dados e espera que o Senhor Deputado Luís Terêncio tenha mais parabéns para dar no fim do processo. Quanto ao processo do Concurso de 2010 não correu bem mas o problema não foi do Concurso, mas sim de fatores externos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dez à votação, tendo sido deliberado por **maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com dezanove votos a favor e sete abstenções dos Senhores Deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, Iolanda Neves, António Pacheco, José Almendra, Jonathan Pacheco, Carlos Pousada, Hélder Pires e Pedro Morgado, ratificar o diferimento dos 35% (trinta e cinco por cento) do capital social da Alfandegatur. ---

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio disse abster-se, porque é a favor de todo este processo, mas tem dúvidas relativamente à responsabilidade dos 35% na participação dos prejuízos e dos lucros, dando aqui algum voto de confiança que isto seja legal. -----

11. ESCLARECIMENTO SOBRE OS TEMAS;

A) PARECER PRÉVIO DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE TODAS AS OBRAS PROMOVIDAS PELAS JUNTAS DE FREGUESIA;

B) PROCEDIMENTOS NO DOMÍNIO DA FISCALIZAÇÃO URBANÍSTICA MUNICIPAL;

C) OUTROS ASSUNTOS NO ÂMBITO DO URBANISMO.

----- Relativamente aos temas supra mencionados, interveio o Senhor Arquiteto Rui Gonçalves, Chefe da Divisão de Urbanismo e Ambiente, apresentando e prestando as informações sobre cada um dos temas, tendo essa apresentação já

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

sido enviada previamente a todos os membros, não tendo havido quaisquer intervenções da parte dos membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não houve intervenções. -----
----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----
----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----
----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)